AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search
http://ageconsearch.umn.edu
aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

CERTIFICAÇÃO DA CASTANHA-DO-BRASIL NA REGIÃO DO ALTO ACRE: UMA EXPERIÊNCIA DE SUSTENTABILIDADE

CARLOS ALBERTO FRANCO COSTA; LUCAS ARAUJO CARVALHO; RONALD POLANCO RIBEIRO;

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

RIO BRANCO - AC - BRASIL

franco@ufac.br

APRESENTAÇÃO SEM PRESENÇA DE DEBATEDOR

AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

CERTIFICAÇÃO DA CASTANHA-DO-BRASIL NA REGIÃO DO ALTO ACRE: UMA EXPERIÊNCIA DE SUSTENTABILIDADE.

INTRODUÇÃO

A historia do estado do Acre é fundamentalmente marcada pela exploração florestal, particularmente pela exploração da borracha e da castanha. No final do século XIX a borracha passou a ser o grande fator de impulso da economia regional chegando-se a produzir na região 42.000 toneladas do produto em 1912.

Com a entrada da borracha dos seringais de cultivo da Malásia a economia acreana entra em crise devido a sua dependência de um único produto, e atravessa todo o século XX na expectativa de que um novo surto da borracha natural viesse a modificar o quadro de crise.

A partir da quebra do sistema de aviamento[1] e da diversificação da produção por parte do seringueiro, surgem novas perspectivas de atividades econômicas, entre elas a agricultura e a pecuária que trazem como conseqüência direta os desmatamentos, as queimadas e a ameaça constante à preservação da floresta. No entanto, uma atividade que continua se apresentando como alternativa econômica é o extrativismo da castanha, que se apresenta

[1] Sistema de exploração tradicional utilizado desde a segunda metade do século XIX.

como uma alternativa de fonte de renda para o seringueiro e ao mesmo tempo é capaz de incentivar a preservação da floresta.

Com a criação das Reservas Extrativistas, resultado das lutas das populações tradicionais pela preservação de seu habitat, a exploração florestal passa a ser a principal atividade econômica capaz de garantir a subsistência do seringueiro e preservar os recursos naturais, necessitando, no entanto, de novas formas de melhorar suas condições de preço, tecnologia e competitividade para garantir uma maior agregação de valor aos produtos extrativistas e, conseqüentemente, uma melhor condição de vida para aqueles que dependem dela para subsistir.

Neste contexto, o processo de certificação florestal se apresenta como uma ferramenta para mostrar para os consumidores que os produtos que chegam à sua mesa não ameaçam características sociais, culturais e naturais de uma determinada região, e, neste sentido, a certificação da castanha dos produtores da Capebe pode servir de modelo e alternativa capaz de conciliar suas relações econômicas com um modelo de conservação ambiental para os seringueiros da RESEX Chico Mendes e, através do projeto "CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA/FSC DA CASTANHA DA CAPEBE" poder servir de marco para que os povos da floresta possam exercer sua atividade econômica tradicional - o extrativismo, garantindo a preservação de seu maior patrimônio: a Floresta Amazônica.

Iniciado no ano de 2002, através de uma parceria entre a ONG Ecoamazon e o WWF e Avina, o projeto de Certificação da Castanha da CAPEBE (Cooperativa Mista de Produção Agropecuária e Extrativista dos Municípios de Brasiléia e Epitaciolândia) visava inicialmente levar o processo de Certificação Florestal FSC para 30 famílias organizadas em três associações de seringueiros em uma área da Reserva Extrativista Chico Mendes que compreende os municípios de Brasiléia e Epitaciolândia no Estado do Acre.

Devido ao fato da usina de beneficiamento de castanha, construída pelo Governo do Estado em Brasiléia, não entrar em funcionamento e não ser possível a certificação da cadeia de custódia pelo [2]Imaflora o projeto foi redirecionado para a certificação orgânica pelo IBD (Instituto Biodinâmico) e *Fair Trade* pela FLO, trazendo enormes benefícios sociais, econômicos e ambientais para as famílias envolvidas, mostrando que, além das discussões teóricas sobre o que seja um modelo de desenvolvimento sustentável, na prática é possível conciliar desenvolvimento econômico com conservação do meio ambiente.

O PROJETO CERTIFICAÇÃO DA CASTANHA-DO-BRASIL

Iniciado no ano de 2002, o Projeto de Certificação da Castanha- do-Brasil, produzida por produtores da CAPEBE, em Brasiléia e Epitaciolândia (Região do Alto Acre), inicialmente visava, de forma experimental levar o processo de certificação FSC para três associações de seringueiros fornecedores de castanha para a CAPEBE (Associação Chico Mendes, Etelvi e União seringueiro), porém, durante a execução do projeto foi possível viabilizar os selos de

[2] Instituto responsável pela certificação FSC no Brasil.

produto orgânico junto ao IBD e de produto socialmente justo pela FLO, possibilitando a ampliação do mercado da Castanha comercializada pela CAPEBE nos mercados nacional e internacional, além d abrir as portadas do mercado de produtos orgânicos e do mercado *fair trade* na Europa. Tudo isso possibilitou a obtenção de uma melhoria nos preços da castanha para os produtores (aumento da renda familiar), associada à conservação de mais de 20 mil hectares de floresta na Reserva Extrativista Chico Mendes e seu Entorno.

O Projeto Certificação, ao longo de três anos, alcançou alguns resultados significativos, que estão descritos a seguir:

1.Divulgação do tema certificação:

Atualmente o tema certificação é conhecido pelos produtores castanheiros que fazem parte do projeto. É certo que a completa absorção das práticas leva tempo e investimentos em encontros e capacitações, entretanto, todos têm condições de, ao seu modo, conceituar minimamente o que seja certificação e para que serve. A divulgação do tema certificação também aconteceu entre as instituições parceiras e colaboradores, tornando-se tema central em muitas discussões desde o ano 2003.

2.Proteção de 20 mil hectares da RESEX Chico Mendes e seu entorno com Estudos, Mapeamento Cartográfico e Diagnósticos para o processo de Certificação

Para realizar um processo de certificação, se faz necessário um levantamento minucioso de toda a área manejada, sua produção, relações sociais, organização comunitária, e impacto ambiental que a atividade em questão provoca no meio ambiente. Hoje, uma área de aproximadamente 20 mil hectares situada dentro da Reserva Extrativista Chico Mendes e seu entorno, possui mapeamento cartográfico, com *waypoints* e *tracks* das castanheiras, em cada colocação, principais vias de acesso e infraestrutura básica das associações participantes do projeto. Além disso, foi realizado um diagnóstico da produção, mostrando como era processo produtivo da castanha, antes do projeto e qual a produção média por árvore. O Diagnóstico Sócio-Econômico e Ambiental, também realizado, apresentou um estudo sobre o comportamento de cada família, considerando produção, relações sociais, infra-estrutura, educação, saúde, nível de renda, higiene, cuidados com o meio ambiente, etc.

Após três anos de projeto, uma área de aproximadamente 20 mil hectares encontra-se mapeada, diagnosticada social e ambientalmente, com plano de manejo para a castanha dando resultados visivelmente positivos nos aspectos sociais, ambientais e econômicos, viabilizando a proteção contra o avanço do desmatamento (visto se tratar de áreas de florestas fronteiriças com áreas desmatadas). Essa proteção se deve em razão, primeiramente, do entendimento por parte dos próprios produtores extrativistas, da importância da floresta em pé; da importância de sua conservação, pois da floresta preservada se pode retirar o sustento com dignidade. Outro fator que garante essa proteção

é o fato dos princípios e critérios das instituições certificadoras de Orgânico e *Fair Trade* exigirem um comprometimento de cuidado e proteção das áreas manejadas.

3.Obtenção do Selo de Comércio Justo ou Fair Trade, por parte da FLO, para toda a área associada a CAPEBE

Uma das ações positivas do Projeto Certificação foi, sem dúvida, a obtenção do selo de Comércio Justo para toda a área que compreende a CAPEBE, incluindo as Associações que fazem parte do projeto. O selo de Comércio Justo ou *Fair Trade* certifica que as castanhas produzidas nessa área são fruto de trabalho socialmente justo, sem exploração dos trabalhadores e com garantia de que beneficia diretamente os produtores. O selo foi expedido pela FLO – *Fairtrade Labelling Organizations International*, no segundo semestre de 2004, e a partir de então, várias empresas têm procurado a Cooperativa para conhecer mais sobre o produto e consumir a castanha certificada. Um exemplo é a Oxfam, uma Organização Não Governamental que atua para o desenvolvimento do Comércio Solidário, cuja sede fica na Inglaterra, que vem realizando contatos para a comercialização da castanha certificada com a Cooperativa. Vale ressaltar que os preços praticados no comércio justo são em média 20% maiores do que os preços praticados no mercado comum.

4.Obtenção do Certificado Anual de orgânico, por parte do IBD, para a produção de 26 famílias ligadas ao projeto

Foi expedido em 1º de Setembro de 2004, o Certificado Anual de Produto Orgânico para a CAPEBE, pelo Instituto IBD. O Certificado tem validade de um ano, sendo revalidado anualmente por meio de inspeção local e pagamento da taxa anual de certificação. Este certificado serve para operações comerciais nacionais e de exportação, acompanhado do Certificado de Transação, emitido pelo IBD no ato da operação. Uma outra alternativa utilizada para atender à demanda de comercialização, foi a operação de co-validação, por parte do IBD, do selo da Imo Control, que possui a Usina de Beneficiamento da Tahuamanu, na Bolívia, para beneficiamento das castanhas certificadas da CAPEBE.

5.Contribuição com o aumento do preço da castanha na safra de 2003/2004

Na safra de 2001/2002, o preço médio da castanha comercializada era de R$ 3,00 a lata[3]. Na safra de 2002/2003 preço subiu pra R$ 8,00 a lata em média. Na safra de 2003/2004, o preço médio da castanha comercializada subiu para R$ 13,50 a lata, com um mínimo de R$ 8,50 e um máximo de R$ 17,50. Esse aumento se deve em razão de uma série de ações: o investimento da CONAB, para capitalizar a Cooperativa; o Governo do Estado tornando a castanha um de seus programas de governo; a mídia local e nacional, divulgando em larga

[3] Medida de peso utilizada pelos seringueiros, equivale a 10 quilogramos.

escala informações sobre os benefícios para a saúde, sociais e econômicos, do consumo de castanhas; e o projeto certificação, com o trabalho da tríplice certificação da castanha, melhorando o seu manejo, sua a qualidade sanitária e sua valorização nos mercados nacionais e internacionais.

6.Produtores do projeto certificação que se tornaram exemplos na comercialização da castanha em 2004

Dois exemplos muito positivos foram gerados na safra 2003/2004. Os dois foram citados como detentores das castanhas de melhor qualidade sanitária e melhor manejo. Um, vendeu suas castanhas para a Cooperativa em momento de alta de preço; o outro, comprou o beneficiamento e armazenamento, para realizar a operação em momento mais oportuno. Resultado dessas operações: preços nunca vistos antes com a comercialização de castanhas por produtores.

No primeiro exemplo, um produtor e sua esposa, concessionários associados à Associação União do Seringueiro, foram exemplo de como pode ser rentável a produção da castanha, se for conduzida dentro de alguns padrões de melhoria no manejo. Ao todo, a produção das Colocações juntas foi de aproximadamente 1.200 latas de castanha na safra de 2003/2004 (4.200 Kg). Seguindo as orientações do projeto certificação, relacionadas ao manejo, transporte, secagem e armazenamento, os produtores tiveram a oportunidade de experimentar castanhas de altíssima qualidade, o que facilitou muito a comercialização. O índice de quebra das castanhas, ou seja, o percentual de castanhas estragadas, no ato da venda para a Cooperativa, foi zero, e isso incidiu diretamente na quantidade de castanhas comercializadas. Com a garantia pela Cooperativa de pagamento inicial de R$ 1,00 a mais por quilo de castanha certificada in natura, descontando todos os valores correspondentes ao transporte e armazenamento na Cooperativa, ao final da operação os dois produtores fizeram uma monta de R$ 11.000,00 (onze mil reais) na safra, o que equivale a aproximadamente R$ 9,16 por lata.

No segundo exemplo de comercialização exitosa, dois outros produtores concessionários de duas Colocações associados à Associação Chico Mendes, com uma produção média de 800 latas de castanha na safra de 2003/2004, venderam parte da produção, ou seja, 500 latas de castanha, a R$ 9,00 a lata, para a cooperativa, na alta de preços, e a outra parte, as outras 300 latas, “internaram” na Cooperativa, contratando o beneficiamento tipo Dry (castanha com casca polida) e o armazenamento. Ao final da operação, o produtor obteve um rendimento de R$ R$ 8.400,00 na venda da castanha beneficiada, equivalendo aproximadamente R$ 4,00 o quilo de castanha na venda, já descontadas todas as taxas de beneficiamento e armazenamento na Cooperativa, que são pagos com 30% das castanhas. Vale ressaltar que, com menos da metade da produção de castanha, o produtor obteve um ganho maior do que se tivesse vendido toda a produção in natura e não tivesse beneficiando na Cooperativa.

7.Divulgação da Castanha-do-Brasil em vários países da Europa – Abertura de novos mercados.

O Projeto Certificação da Castanha-da-Amazônia contou com um grande apoio da Fundação Avina, principalmente no tocante à prospecção de mercados para um produto diferenciado e com tríplice certificação. A participação do Ecoamazon e da CAPEBE na BioFach – Feira Internacional de Produtos Orgânicos, em 2004, como expositores, deu grande visibilidade à Castanha-do-Brasil, que despertou grande interesse em várias distribuidoras internacionais, principalmente as que atuam no mercado de *Fair Trade*. Viagens pela Europa, em países como Holanda, Espanha, Itália e Portugal, tiveram um saldo bastante significativo que foram constatados quando, por exemplo, a Cooperativa Italiana Chico Mendes lançou a oferta de compra de três *containeres* de castanha tipo Dry certificada, a US$ 4,00 o quilo, enviando um funcionário para realizar tal operação. E também, quando a Oxfam contatou o Ecoamazon, interessada em adquirir castanha certificada para comercializar na Europa em um restrito e rentável mercado de comércio justo; sem contar com as inúmeras solicitações de compradores nacionais e internacionais, feitas ao IBD – Instituto Biodinâmico, pela sua rede de contatos, para compra de castanha certificada.

ANÁLISE COMPARATIVA DE RENDIMENTOS ENTRE AS SAFRAS 2002/2003 e 2003/2004

A análise baseia-se fundamentalmente na relação custo-benefício entre os recursos aportados e a perspectiva de retorno financeiro para as comunidades. Há que se considerar que os resultados positivos do projeto são mensurados tanto com relação aos recursos financeiros, recursos tangíveis, quanto aos recursos intangíveis, como a melhoria na qualidade do processo produtivo, expansão do entendimento comunitário sobre a atividade fim e sua relação com o mercado consumidor, e a credibilidade nacional e internacional do seu produto e de sua comunidade por meio dos selos certificadores.

A análise será desenvolvida comparando-se os dados de investimentos aportados ao projeto, com os dados de comercialização (rendimentos) da castanha da safra anterior (2002/2003) e seu montante de produção, e também os dados de comercialização relativos a essa safra (2003/2004) e seu montante de produção. Os dados de comercialização e de produção são referentes às operações de 30 famílias com a CAPEBE - Central de Pequenos Produtores Rurais de Brasiléia e Epitaciolândia.

Na safra de 2002/2003, o preço médio praticado na comercialização da castanha foi de R$ 3,00 a lata. Multiplicando-se esse preço médio pelo total de produção das 30 famílias, ou seja, 9 mil latas de castanha[4], temos uma soma de R$ 27.000,00, conforme a seguir:

[4] Total de produção das 30 famílias, conforme Mapeamento Cartográfico ou Censo de Castanhais, produto do CBR 147/03.

QUADRO – I

PREÇO, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA CASTANHA (SAFRA 2002/2003)

Safra 2002/2003	Preço Médio de Comercialização por lata - Em (R$)		Produção de 30 Famílias (Latas)		Total apurado na comercialização Em (R$)
	3,00	**X**	**9.000**	**=**	**27.000,00**

Fonte: pesquisa primária

Do resultado da Tabela I, considerando uma divisão em partes iguais para as 30 famílias, temos o seguinte resultado: **R$ 27.000,00 / 30 = R$900,00 para cada família.**

Agora, considerando os dados desta safra 2003/2004, temos que os preços praticados na comercialização da castanha foram os seguintes: R$ 8,50, a lata (preço mínimo) e R$17,50, a lata (preço máximo), com uma média de R$ 13, 00, a lata.

Multiplicando-se novamente o preço médio praticado nesta safra, pelo total de produção da 30 famílias, considerando as mesmas 9 mil latas, temos um resultado de R$ 117.000,00, conforme a seguir:

QUADRO – II

PREÇO, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA CASTANHA (SAFRA 2003/2004)

Safra 2003/2004	Preço Médio de Comercialização por lata - Em (R$)		Produção de 30 Famílias (Latas)		Total apurado na comercialização Em (R$)
	13,00	**X**	**9.000**	**=**	**117.000,00**

Fonte: pesquisa primária

Do resultado da Tabela II, considerando uma divisão em partes iguais para as 30 famílias, temos o seguinte resultado: **R$ 117.000,00 / 30 = R$ 3.900,00 para cada família.**

Comparando a safra de 2002/2003 com a safra de 2003/2004, temos uma variação percentual de **333,33%** na renda das famílias.

Ao todo foram investidos no projeto Certificação da Castanha R$ **196.929,19**, distribuídos da seguinte forma:

QUADRO – III

RECURSOS INVESTIDOS NO PROJETO CRTIFICAÇÃO DA CASTANHA

Projeto Certificação	**Recursos Aportados**
CAP – 89/02 (fase I)	17.763,19
CBR –137/02 (fase I)	30.300,00
CBR –147/03 (fase II)	73.866,00

CBR –169/04 (fase III)	75.000,00
TOTAL	**196.929,19**

Fonte: projeto certificação

O retorno do montante total investido no projeto, considerando a totalidade de produção das 30 famílias contempladas, que corresponde a 9.000 latas, se daria com o total apurado de uma safra e meia, aproximadamente, ou um ano e cinco meses, das famílias envolvidas, visto a estimativa na comercialização das 9.000 latas, ao preço médio praticado nesta safra (2003/2004), orbitar em torno de **R$ 117.000,00**.

Entretanto, tem-se que ponderar a inviabilidade de repasse integral do valor ganho pelos produtores no ato da comercialização das suas castanhas, pois os referidos ganhos são responsáveis pela manutenção das famílias dos produtores durante o investimento e cultivo de outras culturas complementares à renda familiar. Como os produtos agroextrativistas são sazonais, ocorrem apenas em determinados períodos do ano, considerando ainda períodos de chuva e de seca. Isto posto, os produtores mantêm uma agenda de cultivo e colheita, encaixando uma cultura na outra de modo que não haja vácuo ou período do ano descoberto de colheita e comercialização, pois, eles normalmente não têm outra fonte de renda.

Considerando que cada família reteve, do montante de R$ 3.900,00 (da safra analisada - 2003/2004), a sua metade, R$ 1.950,00, esta monta ainda equivaleria a **116,67%** a mais com relação à safra anterior.

Continuando no mesmo raciocínio, os restantes R$ 1.950,00, poderiam ser utilizados para pagamento dos investimentos aportados, caso fossem financiados por uma instituição bancária. Neste caso, o retorno do investimento feito se daria em torno de 3 safras e 1/3 de safra, ou 3 anos e 2 meses aproximadamente.

Como os investimentos aportados ao projeto são caracterizados como não reembolsáveis esta estimativa de retorno do valor investido é fictícia, meramente para ilustração das possibilidades de retorno desse capital, mas demonstra a viabilidade econômica do investimento, uma vez que se a operação tivesse sido realizada com financiamento privado ela se pagaria praticamente no segundo ano de execução, uma vez que a receita gerada na primeira safra equivale a 60% dos recursos investidos .

CONCLUSÕES

Conforme pode-se constatar nos dados acima relatados, o apoio do Projeto de Certificação da Castanha da CAPEBE foi de fundamental importância para trazer benefícios econômicos, sociais e ecológicos diretos para as 30 famílias envolvidas no processo.

De uma forma geral observa-se que os ganhos, do ponto de vista econômico, já começam a se materializar, uma vez que as famílias passam a ter uma maior renda com a produção da castanha (variação percentual de 333,33% entre as safras de 2003 e 2004) e que a viabilidade do preço deste produto faz com que os produtores tenham a perspectiva de

permanecer na atividade, daí a importância ecológica de incentivar a valorização da produção da castanha certificada, uma vez esta apresenta um componente ecológico bem mais acentuado que a agricultura ou a pecuária, por exemplo.

O projeto também contribuiu, de forma decisiva, para o conhecimento entre os produtores das três associações sobre as práticas do manejo florestal, da necessidade de conservação da floresta e de como os processos de certificação podem influenciar na melhoria dos preços de seus produtos e na melhoria de suas qualidades de vida, além de contribuir para a conservação de aproximadamente 20 mil hectares de florestas na região da Reserva Extrativista Chico Mendes e seu entrono, sendo que os resultados positivos criaram a possibilidade de replicação da experiência para outras 230 famílias na Região do Alto Acre.

BIBLIOGRAFIA

ACRE, Governo do Estado do (2000). *Zoneamento ecológico-econômico do Acre*, Rio Branco.

ALIER, J. M., y Schlupmann, K., (1992). *La ecología y la economía.* México, D.F, Fondo de Cultura Económica.

ALIER, J. M., (1995). *De la economía ecológica al ecologismo popular.* Montevideo, ICARIA .

ALTIERI, M. (1997). *Agroecología. Bases científicas para una Agricultura Sustentable*. Lima-Perú, Ed. CIED.

ALTVATER, E., (1994). *El precio del bienestar, Expolio del medio ambiente y nuevo (des)orden mundial. , Valencia,* Edicions Alfons el Magnànim.

BENCHIMOL, S. (1965). *O cearense na Amazônia: inquértio antropogeográfico sobre um tipo de imigrante*. Manaus, SPEVEA.

BENCHIMOL, S. (1989). *Amazônia: planetarização e moratória ecológica.* São Paulo, CERED.

BELLIA, V. (1996). *Introdução à economia do meio ambiente.* Brasília, IBAMA.

BERMEJO, R. (1996). *Libre comercio y equilibrio ecológico.* Bilbao, Bakeaz.

BERMEJO, R. (2001). *Economía sostenible, principios, conceptos e instrumentos.* Bilbao, Bakeaz.

BIFANI, P.(1999). *Medio ambiente y desarrollo sostenible.* Madrid, IEPALA.

BRANCO, S. M.(1995). *O desafio amazônico.* São Paulo, Moderna.

BRASIL. (1994). *Decreto Federal nº 1.282/94.* Disciplina a exploração das florestas primitivas da Bacia Amazônica. Brasília, MMA.

BRASIL. (1995). *Legislação Federal sobre Meio Ambiente.* Portaria nº 48/95 de 10 de julho de 1995. Brasília.

BRITO, F. A. y CÂMARA, J. B.D.(1999). *Democratização e gestão ambiental, em busca do desenvolvimento sustentável.* Petrópolis, Editora Vozes.

CAVALCANTI, C. (2003). *Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável,* São paulo, Cortez.

COSTA, C. A. F, (2005). *Racionalidade e exploração madeireira na Amazônia Brasileira*, Tese de Doutorado, Salamanca.

COSTA SOBRINHO, P. V.(1992). *Capital e trabalho na Amazônia Ocidental.* São Paulo, Cortez.

KITAMURA, P. C.(1994). *A Amazônia e o desenvolvimento sustentável.* Brasilia, Embrapa.

MAGALHÃES, J. P.(1990). *A ocupação desordenada da Amazônia e seus efeitos econômicos, sociais e ecológicos.* Brasília, Completa.

OLIVEIRA, L. A. P. (1986). *O sertanejo o Brabo e o posseiro: A periferia de Rio Branco e os cem anos de andanças da população acreana.* Rio Branco, Governo do Estado do Acre.

PANDOLFO,C.(1994). *Amazônia brasileira, ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras.* Belém, Edições CEJUP.

SUFRAMA (1999). *Potencialidades do Estado do Acre.* Manaus, SUFRAMA.